



Protegemos o futuro, valorizando no presente.

Av. da República, 62-F, 5º
1050-197 LISBOA
Tel: 21 780 80 60

Email: embopar@embopar.pt
www.embopar.pt

BOLETIM INFORMATIVO Nº 74

Junho de 2017

Notícias

Órgãos Sociais da EMBOPAR para o triénio 2017-2019

Na Assembleia Geral da Embopar realizada no passado dia 30 de Junho foram eleitos para o mandato 2017-2019, os seguintes Órgãos Sociais:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: LACTOGAL - Produtos Alimentares S.A.

Representante: Comendador Manuel Albino Casimiro de Almeida

Secretários:

-APIM - Associação Portuguesa da Indústria de Moagem e Massas
Representante: Dr. Rui de Castro Fontes

-PROBEB - Associação Portuguesa de Bebidas Refrescantes não Alcoólicas
Representante: Dr. Francisco Furtado Mendonça

Conselho de Administração

Presidente: Prof. António Nogueira Leite

Vice-Presidente: SUMOL+COMPAL, S.A.
Representante: Eng. António Rui Libório Frade

Vogais:

-Danone Portugal, S.A.
Representante: Dr. Pedro Marco Amendoeira Peixoto Neves

-Lactogal – Produtos Alimentares, S.A.
Representante: Eng. João Pedro Santos Silva

-L'Oréal Portugal, Lda.
Representante: Dra. Ana Sofia de Melo Osório do Amaral Aparício Lopes

-Nestlé Portugal, S.A.
Representante: Dr. Gonçalo Maria Salvado Coxito Granado

-Pescanova, Lda.
Representante: Dr. António Carlos Alvarez Fernandes Henriques

-Refrige – Sociedade Industrial de Refrigerantes, S.A.
Representante: Eng. Nuno Jorge Gonçalves Roxo Marcelo

-Renova – Fábrica de Papel do Almonda S.A.
Representante: Eng. António Augusto de Andrade Tavares

-Sociedade da Água do Luso, S.A.
Representante: Dr. Nuno Francisco Ribeiro Pinto de Magalhães

-Sogrape Vinhos, S.A.
Representante: Dr. António de Oliveira Bessa

-Sovena Portugal, S.A.
Representante: Eng. José de Brito Ribeiro

-UNICER – Bebidas de Portugal SGPS, S.A.)
Representante: Eng. Jorge Miguel Figueiredo Monteiro

-Unilever – Jerónimo Martins, S.A Eng. Miguel José Pires Jacinto de Mira

Conselho Fiscal:

Presidente: Tabaqueira – Empresa Industrial de Tabacos, S.A.
Representante: Dr. Nuno Maria Mariano de Carvalho Jonet

Vogais:
-Refrescos Envasados, S.A.
Representante: Dr. Tiago Leitão Santos Lima

-Dr. João Baptista Gouveia (Revisor Oficial de Contas)

Suplente: Dr. António Pedro Coelho (Revisor Oficial de Contas).

Para representar a Embopar no Conselho de Administração da Sociedade Ponto Verde (SPV), a empresa designou os seguintes conselheiros:

-Prof. António Nogueira Leite (Presidente);
-Eng. Rui Frade (Vice-Presidente);
-Eng. Brito Ribeiro;
-Dr. Nuno Pinto de Magalhães;
-Dr.^a Ana Sofia Amaral.

Na mesma Assembleia foram ainda distinguidos com votos de louvor o Dr. Manuel Alfredo de Mello, o Eng. António Barahona d'Almeida e o Eng. António Barral pelo empenho, disponibilidade e dedicação que sempre colocaram no cumprimento das suas funções ao serviço da Embopar e da SPV.

António Nogueira Leite é o novo presidente da EMBOPAR e da SPV.

O Prof. António Nogueira Leite é o novo presidente dos Conselhos de Administração da EMBOPAR e da sua participada Sociedade Ponto Verde.

Detentor de um vasto currículo académico e empresarial, o Prof. Nogueira Leite também é actualmente professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e exerce os cargos de administrador da HipogesIberia e da EDP Renováveis (não executivo) e ainda de presidente da Fórum Oceano - Associação da Economia do Mar.

Nogueira Leite surge assim num período de mudança de paradigmas ao nível da gestão dos resíduos de embalagens em Portugal. O aparecimento de duas entidades gestoras concorrentes da SPV e as novas regras das licenças emitidas pelo governo no final do ano passado, constituem importantes desafios para o mandato 2017-2019.

"Reciclagem, Sempre!" – a nova campanha da SPV

A Sociedade Ponto Verde lançou uma nova campanha de sensibilização "Reciclagem, Sempre!", que tem por objectivo incentivar os portugueses a manter os seus hábitos

de reciclagem em qualquer contexto. Hoje já reciclam 7 em cada 10 lares. Importa agora que sempre que os portugueses saiam de casa ou mudem de rotina, como por exemplo, numa ida à praia, num piquenique, numa maratona ou num festival, também o façam. A "Reciclagem, Sempre!" é um apelo para que todos os portugueses façam a separação das embalagens, independentemente do local onde se encontrem.

Esta campanha, com presença em festivais, tem por objectivo incentivar o acto de reciclar. Ao entrarem nos recintos, os festivaleiros podem visitar o espaço da Sociedade Ponto Verde onde serão convidados a pintar a cara assumindo o compromisso de reciclar, à semelhança do que foi feito no ano anterior, com o movimento FaceForGreen.

SPV disponibiliza mesas de plástico reciclado

A Sociedade Ponto Verde voltou a marcar presença no NOS Alive disponibilizando, na área da restauração, 54 mesas de plástico reciclado e ainda bancos e ecopontos do mesmo material espalhados pelo recinto, resultado da reciclagem efectuada nas edições anteriores (2015 e 2016). Estas mesas evidenciam o esforço da organização e de todos os festivaleiros que adoptaram comportamentos mais verdes e contribuíram para a reciclagem no recinto.

As 54 mesas, disponíveis na edição deste ano, foram devidamente identificadas com frases alusivas à nova campanha de sensibilização da Sociedade Ponto Verde "Reciclagem, Sempre!", cujo desafio é

reciclar nos festivais e em todo o lado, mesmo quando se está fora de casa.

Segundo a SPV, em 2016 o NOS Alive enviou para reciclagem cerca de 29 toneladas de resíduos, das quais 11 toneladas correspondem a resíduos de plástico/metal, papel/cartão e vidro (e os restantes a resíduos de madeira).

Verificou-se um aumento de 31% da quantidade de resíduos enviados para reciclagem em relação à edição de 2015, considerando os 3 fluxos principais. Os resíduos mais produzidos pelos festivaleiros neste evento resumem-se a copos de plástico e embalagens alimentares. Por outro lado, os resíduos mais produzidos pelos stands, lojas e restauração correspondem principalmente a resíduos de cartão proveniente de caixas de transporte, plástico e vidro.

Governo licencia Amb3E para a gestão dos resíduos de embalagens

Já foi publicado em Diário da República a licença que permite à Amb3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, uma das entidades gestoras de resíduos eléctricos e electrónicos, gerir também resíduos de embalagens.

Assim, a partir de 1 de Janeiro de 2018 esta entidade também poderá celebrar contratos com embaladores e Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) para gerir este tipo de fluxo.

Segundo a Amb3E, o objectivo é o fornecimento de um serviço integrado, no formato "one-stop-shop", que permita aos clientes da associação cumprirem, com um só interlocutor, as suas obrigações legais de reciclagem.

Com esta nova componente, a empresa espera vir a contribuir para a optimização operacional de todo o sistema e para o cumprimento das metas nacionais de recolha e reciclagem de resíduos de embalagens.

Sem quantificar os objectivos que traçou para a Amb3E, o Director Geral da associação relembrou que a meta de gestão de resíduos é proporcional à quota de mercado e avançou que se for "superior a 10% já dá uma responsabilidade significativa".

Com uma quota de mercado de cerca de 65% na gestão dos equipamentos eléctricos e electrónicos, segundo o responsável, a Amb3E tem mais de 1.500 clientes, "agora todos potenciais clientes para a gestão das embalagens", mas também pretende ganhar espaço junto do "resto do retalho, das indústrias de têxteis ou de calçado, por exemplo".

A Amb3E gere a chamada Rede Electrão e tem 2.100 pontos de recolha de aparelhos em final de vida pelo país, em lojas, instalações de bombeiros, escolas, além dos sistemas de resíduos urbanos. Depois de serem colocados nos locais de recolha, os equipamentos eléctricos e electrónicos usados são transportados e os seus materiais separados, sendo retirados os perigosos e aproveitados os suscetíveis de reciclagem.

Os fabricantes que colocam no mercado equipamentos eléctricos e electrónicos, (assim como pilhas) pagam um valor para que as entidades gestoras organizem a recolha e triagem dos aparelhos velhos.

Esta licença vem assim permitir a existência de uma terceira entidade gestora de resíduos de embalagens a operar em território nacional. Lembra-se que, no início deste ano, uma outra entidade – a Novo Verde (cujo principal accionista é a ERP, que não é mais do que a outra entidade licenciada para gerir os resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos em Portugal e por conseguinte já concorrente da Amb3E neste fluxo) passou a partilhar, não só o mercado como também as inerentes obrigações legais e operacionais, com a entidade que gere este fluxo específico há mais de 20 anos – a Sociedade Ponto Verde.

SPV sensibilizou 10 mil jovens dos 13 aos 17 anos

A Sociedade Ponto Verde (SPV), no âmbito do roadshow MOCHE DáTudo by Projecto 80, marcou presença em 32 escolas dos 18 distritos de Portugal, e sensibilizou para a importância da reciclagem cerca de 10 mil alunos, dos 13 aos 17 anos.

A SPV participou neste projecto através das “Estórias de RIRciclar”, uma actividade em que o jovem humorista Afonso Paiva contou estórias de todos os dias que evidenciam a importância de separar e reciclar os resíduos de embalagem como hábitos quotidianos. Afonso Paiva foi o convidado da entidade gestora da reciclagem de embalagens em Portugal, que interpretou várias personagens bem conhecidas da nossa actualidade num conjunto de rábulas sempre com um tema em comum: desconstruir os preconceitos e mitos sobre a separação dos resíduos de embalagem.

O Projecto_80 é uma iniciativa que tem como objectivo incentivar os jovens entre os 13 e os 17 anos a “Ocupar o seu lugar na História”, ao criarem e agirem em torno dos temas que fazem parte da sua realidade, com vista à promoção de uma cidadania mais activa e relevante para um futuro sustentável. O Roadshow contemplou actividades que incentivaram a partilha de ideias, o empreendedorismo jovem, a prática de exercício físico, a reciclagem e outras boas práticas para a sustentabilidade, sempre com muita diversão.

Este Roadshow está integrado no Projeto_80, um programa que incentiva os jovens a apresentarem a concurso projectos que fomentem o desenvolvimento sustentável, criados nas suas escolas e comunidades, que podem ir desde as práticas de reciclagem, a iniciativas promotoras da preservação de recursos naturais, voluntariado e muito mais. Esta edição contou com a formalização de 30 candidaturas e foram apresentados mais de 200 projectos.

O Projeto_80 é uma iniciativa conjunta da Agência Portuguesa do Ambiente, da Direcção-Geral da Educação, Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Instituto Português do Desporto e Juventude, Quercus e Green Project Awards, com o apoio do Governo Português.

Portugal em risco de perder fundos comunitários

Segundo o jornal Água&Ambiente, a Comissão Europeia pondera anular os fundos comunitários do POSEUR (Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos) do sector

dos resíduos, que ascendem a 300 milhões de euros. Isto porque alguns dos financiamentos aprovados poderão violar regras comunitárias em matéria de auxílios de Estado.

Em causa estão os avisos que foram lançados e as candidaturas aprovadas, que se destinam exclusivamente à esfera pública do sector (municípios e empresas intermunicipais) deixando de lado os privados e violando regras de concorrência, que devem ser respeitadas ao abrigo da legislação comunitária.

A investigação partiu de uma queixa apresentada por um conjunto de empresas portuguesas que contestaram a privatização da EGF, (antiga empresa de resíduos do grupo Águas de Portugal) por considerarem que a operação poderia intensificar as "graves distorções concorrenciais" que já existiam em Portugal.

O processo adensou-se, no entanto, a todo o funcionamento do sistema de resíduos e a Comissão tem reunido indícios sobre infrações às regras de concorrência europeias a que Portugal está obrigado. O problema já existia antes da privatização da EGF mas agravou-se pois, actualmente, trata-se de uma concorrência que não é feita pelo Estado.

O grupo de empresas contestou os auxílios estatais atribuídos para compensar a prática de tarifários não reais no cumprimento das obrigações de serviço público permitindo economias de escala e subsidiação cruzada anti-concorrenciais relativamente aos demais operadores.

Para os queixosos a legislação é ambígua e permite, por exemplo, que aos resíduos urbanos sejam misturados resíduos

comerciais e industriais cuja responsabilidade pelo tratamento cabe às empresas.

Na prática, o consumidor português está a pagar o tratamento de resíduos de grandes empresas portuguesas e estrangeiras que têm uma loja aberta na rua. O consumidor paga três vezes: paga a sua tarifa de resíduos que vem na fatura da água; paga os subsídios que as autarquias têm que injetar nos sistemas que não são sustentáveis e paga o financiamento das infraestruturas.

Em Portugal, cerca de 1600 empresas privadas actuam na área dos resíduos e verificam que parte daquela que seria a sua matéria-prima, é tratada como resíduo urbano.

Desde junho de 2016 já foram aprovados 41 projectos na área dos resíduos pelo POSEUR com um financiamento de 122 milhões de euros. O dinheiro não foi desbloqueado apesar de alguns beneficiários já terem apresentado despesa, pois os fundos encontram-se suspensos. A taxa de execução é de 0%.

Para tentar resolver a situação, o Ministério do Ambiente pretende assinar um memorando de entendimento com o grupo de empresas de resíduos que apresentou uma queixa à Comissão Europeia. O acordo tem como objectivo a criação de um grupo de trabalho para clarificar o que são actividades públicas e privadas.

O Secretário de Estado do Ambiente lembrou que é urgente a concretização dos investimentos para cumprir as metas do PERSU 2020 e mostra-se optimista quanto ao desfecho das negociações.

Argumentou ainda que a actividade privada da EGF, por exemplo, "não pode ser considerada paralela" à actividade dos restantes actores privados porque ocorre num ambiente concessionado e regulado. "O património e qualquer apoio à construção de infraestruturas não joga directamente a favor das empresas privadas. No final da concessão ficará sempre ao serviço dos municípios e cidadãos".

Oceano Azul lança campanha de sensibilização

Segundo a Fundação Oceano Azul, "Por ano são produzidos cerca de 300 milhões de toneladas de plástico à escala global, que é o equivalente ao peso de toda a humanidade. E, destes 300 milhões, estima-se que cerca de 8 milhões vão parar ao oceano".

São milhões de toneladas de plástico que chegam aos oceanos, com origem numa sociedade que detém um ritmo de consumo cada vez mais relevante e que causa graves impactos nos ecossistemas marinhos.

o plástico constitui perto de 80% do lixo marinho e representa 90% do lixo encontrado no fundo oceânico.

De forma a inverter esta realidade, é urgente alterar a forma como os cidadãos encaram o problema.

De acordo com Emanuel Gonçalves, dirigente da fundação, "Temos de ter formas de combater o mau uso dos produtos plásticos do nosso dia-a-dia, como, por exemplo, através do cuidado em colocá-los nos recipientes próprios. É importante que as pessoas percebam que

estamos a transformar o fundo do oceano num caixote do lixo", diz.

Um apelo que surge na campanha "O que não acaba no lixo acaba no mar", da Fundação Oceano Azul, que pretende sensibilizar e mudar mentalidades. "Estas campanhas têm como objetivo que as pessoas mudem comportamentos, apercebendo-se daquilo que é o seu impacto no ambiente e, neste caso, nos oceanos", afirma Emanuel Gonçalves, que defende que as mudanças podem começar com pequenos gestos.

"As beatas dos cigarros, que são um dos principais produtos que encontramos a poluir as praias, têm microelementos que são feitos de plásticos e que acabam por perdurar nos ecossistemas marinhos. Se as colocarmos nos recipientes próprios estamos a contribuir para combater esse problema".

Ainda assim, entende o membro da comissão executiva da fundação, estamos hoje "muito mais atentos" a este tipo de questões do há uma ou duas décadas.

Os projectos da fundação, que detém a concessão do Oceanário de Lisboa, passam por áreas como a promoção da literacia marítima, o financiamento de programas científicos para a preservação de espécies marinhas, o estabelecimento de áreas protegidas ou a criação de redes de pesca sustentáveis. Para isso, conta com um orçamento anual de 5,5 milhões de euros.

Ponto de situação do SIGRE – Junho de 2017

Por precaução, atendendo à actual situação do SIGRE, é recomendável que, por enquanto, não haja divulgação de dados.

Caso pretenda alguma informação, por favor, contacte directamente a Embopar.

Obrigado